



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 12ª
(DÉCIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 2 DE MARÇO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Roosevelt Vilela a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – O Expediente lido vai à publicação.

Não havendo *quorum* regimental, esta Presidência vai suspender os trabalhos por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h17min, a sessão é reaberta às 15h26min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero aqui fazer duas observações. Em primeiro lugar, quero me referir à queda do Secretário de Saúde. Eu até o conheço, é um servidor público do Senado, altamente preparado, principalmente na área orçamentária, e que, lamentavelmente, não deu certo na área da saúde; infelizmente, acabou saindo e causando, com isso, um prejuízo para a nossa população.

Há pouco, ao receber uma ligação do Sr. Governador, eu citei o caso de um colega que – ontem falei isto aqui da tribuna – foi membro do Conselho Tutelar na cidade de Santa Maria, de nome Osmar Gama, e que teve um AVC, Deputado Roosevelt Vilela.

Ele já está no Hospital de Santa Maria há mais de duas semanas e não há um médico lá que possa autorizá-lo a vir ao HRAN ou ao Hospital de Base fazer uma tomografia, para obter um diagnóstico mais bem fundamentado, para obter um diagnóstico com maior precisão. Isso me deixa extremamente incomodado, porque, a exemplo dele, há alguns milhares de cidadãos que estão em situação semelhante.

O Governador acaba de anunciar o novo Secretário, Dr. Humberto Lucena. Particularmente, eu não o conheço, mas o currículo dele é invejável, Deputado Julio Cesar. Ele vem do quadro da nossa escola de saúde, um filho desta cidade, e isso é extremamente importante.

O fato de o próprio Governador estar tendo esse cuidado... Não posso deixar de reconhecer que faz muita diferença o fato de ele ter uma conta no HSBC, por ser de uma família de empresários. Consequentemente, os filhos fazem parte do conjunto de familiares que possuem essa conta na Suíça.

O que desejamos aqui, Deputado Roosevelt Vilela e Deputado Julio Cesar, que é Líder do Governo, é que não haja aqui Oposição e Situação na questão da saúde. Todos nós somos favoráveis a que o governo acerte na área da saúde. Nós não podemos ter uma conduta de pessoas ignorantes ou que não têm sensibilidade com o cenário de dificuldade que nós vivemos.

Nós não podemos pensar “quanto pior, melhor”, porque quanto pior, são mais pessoas que estarão com suas vidas em situação de vulnerabilidade, porque poucos cidadãos desta cidade têm acesso a planos de saúde particular. Nós temos – e eu aqui quero registrar que tenho o privilégio de integrar a Fascal aqui –, mas a grande maioria do povo desta cidade não tem. E isso deve nos incomodar como se nós também não o tivéssemos.

Portanto, eu quero saudar o novo Secretário. Parece que existe um ofício dele a esta Casa. Eu quero que dê certo, Deputado Rodrigo Delmasso, como disse ontem quando aqui enfrentamos um debate extremamente rico. Não acho que a ligação do Governador para fazer autocrítica, até mesmo pedir pela derrubada do veto, seja desconfortável. Ele pelo menos está acompanhando, interessado em que as coisas deem certo. Isso que é importante, isso que é relevante, e vamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

caminhar. Só que nós temos que saber que, quanto mais nós batemos de frente com o interesse público, maior é o prejuízo da sociedade.

Este é o segundo assunto que eu quero trazer na tarde de hoje. Estou dizendo porque também, Deputado Julio Cesar, já conversei com o diretor do DFTrans. Nós tivemos o início do cadastramento dos estudantes. Uma necessidade. Aqui eu já falei várias vezes dessa questão das gratuidades no transporte, é uma fonte de perda de recursos públicos. Portanto, cadastramento para saber quem é e quem não é estudante, quem é e quem não é deficiente é uma medida adequada, necessária a ser feita. Mas é também verdade que recebi ligações de escolas na área rural dizendo, Deputada Luzia de Paula – que é professora e conhece bem essa realidade, a exemplo do Deputado Prof. Reginaldo Veras, colegas na mesma comissão –, que os alunos que moram na área rural não têm acesso ao sistema para poder cadastrar no *site*, conforme o DFTrans está pedindo. É necessário um procedimento alternativo para que os outros possam se cadastrar e não correr o risco de ser prejudicados por uma falta de sensibilidade da administração pública.

Portanto, eu quero fazer na minha fala de crítica, entendendo a importância do projeto, mas também pedindo sensibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Deputado Wasny de Roure, já passou um minuto, mas irei conceder a V.Exa. mais trinta segundos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Apenas para encerrar, eu tive o cuidado de, não conseguindo falar com o Secretário de Educação, falar com a chefe de gabinete da Secretaria de Educação. Então nós queremos que a coisa seja corrigida e seja feita, mas nós não queremos ver alunos prejudicados indevidamente por uma falta de sensibilidade dos gestores em alcançar a todos e, nesse caso, as escolas que estão nas áreas rurais do Distrito Federal, porque nem todos têm computador e rede ao seu alcance nessas áreas.

Muito obrigado pela compreensão de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Agradeço ao Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas, imprensa, os colegas de trabalho da Câmara Legislativa, primeiro parabenizo a Deputada Luzia de Paula pelo seu aniversário, que Deus a abençoe ricamente, juntamente com a Deputada Celina Leão.

Costumeiramente venho a esta tribuna para criticar o Governador Rodrigo Rollemberg e as suas decisões, mas hoje eu quero abrir exceção e parabenizá-lo por um gesto de grandeza, porque, apesar das nossas críticas, ele tem tratado e espero que continue tratando com diferença os Deputados ou o Parlamento ao dar as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

explicações necessárias sobre o novo Secretário de Saúde. Agradeço ao Igor, que me passou aqui o seu currículo. Nós esperamos que de fato o Governador tenha acertado na sua opção de indicação do novo Secretário de Saúde, porque a saúde está um caos. Que ele gerencie e coloque em ordem esta situação que parece piorar a cada dia que passa.

Mas o meu assunto aqui hoje é outro, Deputado Rodrigo Delmasso. Por onde eu ando – e acredito que por onde anda cada um dos Srs. Parlamentares –, sou abordado por várias pessoas, a maioria servidores públicos, já que a nossa cidade é composta de muitos servidores públicos que relatam que, apesar de terem um bom emprego e salário no final do mês, estão passando por sérias dificuldades financeiras porque aquilo que ganham acaba no dia seguinte ao recebimento desses valores. Fica tudo retido pelos bancos e instituições financeiras – isso já no dia seguinte ao pagamento.

Então, nós estamos vendo que estão lesando gravemente os direitos dos trabalhadores – nobre Deputado Chico Vigilante, que sempre foi um defensor –, dos aposentados e dos pensionistas. E o que é pior: os direitos desses trabalhadores, desses aposentados e desses pensionistas, cidadãos qualificados também como consumidores, estão sendo violados. Aquilo que a nossa Constituição, a nossa Carta Federal, a nossa Carta Maior, diz no inciso XXXII do art. 5º, no inciso VIII do art. 24 e no inciso V do art. 170, quando se trata da defesa do consumidor.

Objetivamente falando, os consignatários, que são as pessoas físicas e jurídicas – por exemplo, instituições financeiras – autorizadas a emprestar dinheiro sob a garantia de pagamento dos empréstimos via desconto em folha de pagamento do trabalhador, aposentado ou pensionista, estão extrapolando o limite normativamente autorizado para o referido desconto. Esse limite, vale dizer, varia conforme o tomador do empréstimo, seja trabalhador celetista, seja servidor público, seja ainda aposentado ou pensionista do Regime Geral de Previdência Social. Para os trabalhadores celetistas, aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social, o inciso I do § 2º do art. 2º e também o § 5º do art. 6º da Lei Federal nº 10.820, de 2003, estipulam que o limite é de 35% da remuneração disponível, no caso dos trabalhadores, ou 35% do valor dos benefícios, no caso dos aposentados e pensionistas, sendo 5% destinados exclusivamente à amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou à utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito.

Por sua vez, para os servidores civis e militares do Distrito Federal, o *caput* do art. 10 do Decreto Distrital nº 28.195, de 2007, limita – limita – o desconto a “trinta por cento da diferença entre a remuneração e as consignações compulsórias”. E, para servidores do Poder Executivo da União Federal, o *caput* do art. 8º do Decreto Federal nº 6.386, de 2008, dispõe que “a soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração, excluído do cálculo o valor pago a título de contribuição para serviços de saúde patrocinados por órgãos ou entidades públicas”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

Apesar das limitações normativas ao desconto, o que têm feito os consignatários, representados sobretudo pelas instituições financeiras? Os consignatários, sem dó nem piedade, têm descontado valores em montantes superiores aos legalmente permitidos, e isso tudo ao arrepio do nosso ordenamento jurídico, ao arrepio até mesmo da Constituição Federal.

É preciso enfatizar que trabalhadores, aposentados e pensionistas, todos cidadãos vulneráveis como consumidores, estão sendo verdadeiramente extorquidos por esses crápulas que atuam à margem da lei. Crápulas que estão devorando, ilegal e inconstitucionalmente, verbas que, pasmem, possuem natureza, na maioria das vezes, alimentar.

Nós colocamos essa culpa, logicamente, em quem tem a gestão – como eu disse que não iria falar mal do governo hoje, eu vou evitar falar –, seja pela omissão no que tange à fiscalização do cumprimento dos limites legalmente estabelecidos, sobretudo no caso dos servidores públicos de nosso Estado, seja pela ação, enquanto se constata que um dos entes que está extrapolando os limites máximos permitidos para o desconto é justamente o Banco de Brasília – BRB. Como todos sabemos, o BRB integra a administração pública do Distrito Federal, banco que nós lutamos para que não fosse terceirizado.

Portanto, meus amigos, o problema existe, está em frente aos nossos olhos e não mais pode ser varrido para debaixo do tapete, como, aliás, tem feito o atual governo desde o princípio do seu mandato.

De minha parte, estou com a consciência tranquila, pois, na semana passada, tive a iniciativa de propor projeto de lei que tem tudo para acabar com a farra dos consignatários que agem em descompasso com o ordenamento jurídico. No projeto que propus, proíbo os consignatários de descontarem valores superiores ao limite legalmente determinado, sob pena de, se assim o fizerem, serem obrigados a indenizar os consignados, isto é, aqueles que sofrem o desconto na folha de pagamento em montante igual ao dobro do valor descontado em excesso.

Penso que tomei uma importante e justa decisão, Deputado Prof. Reginaldo Veras, meu querido amigo, e espero contar com o apoio de V.Exa., dos nobres Parlamentares e da sociedade para, juntos, reestabelecermos a ordem jurídica aqui no Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer nesta tarde.

Aproveito para saudar como bem-vindo o meu amigo, Deputado Ronaldo Fonseca, em quem eu tive o privilégio de votar na última eleição. O voto mais bem dado na última eleição foi o que dei a V.Exa.

Seja bem-vindo a esta Casa.

Muito obrigado!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Eu quero registrar a presença do nosso Deputado Ronaldo Fonseca, grande amigo e parceiro. Seja bem-vindo a esta Casa de Leis.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de parabenizar o nosso Deputado Ronaldo Fonseca e saudar a presença.

Gostaria de dar meus parabéns à nossa Deputada Luzia de Paula. Felicidades, que Deus continue sendo generoso e abençoando V.Exa. e sua família. Parabenizo também a nossa Presidente, Deputada Celina Leão.

Com relação ao comentário do Deputado Bispo Renato Andrade, eu só gostaria de reforçar que esta Casa realmente tem o papel fiscalizatório, e devemos fiscalizar se as consignadas estão respeitando os 30% para desconto. Mas não só o Banco de Brasília, como também outros bancos que operam na folha de pagamento dos nossos servidores.

Eu queria, inclusive – aproveitando a presença do Deputado Ronaldo Fonseca, porque sei que não é competência desta Casa –, dizer que existem alguns países, Deputado, que têm o instituto da falência da pessoa física. No Brasil, nós temos o da falência das empresas, das pessoas jurídicas. Em alguns países há esse instrumento, pelo qual a pessoa pode ir à Justiça declarar sua falência. Existe uma espécie de perdão das dívidas, para que ela possa retornar ao mercado como consumidora. O grande prejudicado pelos nossos servidores estarem endividados é o comércio. Nós temos que trabalhar essa questão da educação financeira. Mas fica registrado, Deputado Ronaldo Fonseca, essa sugestão de trabalharmos a falência da pessoa física.

Obrigado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte: o Deputado Wasny de Roure já reclamou aqui ontem, e eu vou reclamar também.

Nós estamos adquirindo uma péssima prática aqui, que é um Deputado falar e outro pedir uma questão de ordem – que não é questão de ordem – para reclamar do que o Deputado que falou. E, pelo Regimento Interno, só tem direito de reclamar quando é citado nominalmente. Se eu citar o Deputado nominalmente, ele tem o direito de pedir isso. Portanto, eu peço a V.Exa. que seja cumprido o Regimento Interno. Quem é líder de partido ou líder do governo fale no seu horário. A oposição vem aqui e fala mal do governo, cada liderança de partido que dá sustentação ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

governo ou quem é líder do governo acumula tudo aquilo que a gente fala e vai ali defende. Mas não dá para virar esse pingue-pongue que está acontecendo aqui, resultando em sessões intermináveis.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. É verdade, mas lembro que no primeiro ano, em 2015, isso ocorreu com muita frequência, ainda mais quando V.Exa. também era Líder desta Casa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Vamos corrigir!

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu acho que, realmente, nós temos que diminuir. Peço a compreensão de todos os Deputados para que a gente possa, gradativamente...

Para vocês verem, acabamos de pedir ao Deputado Bispo Renato Andrade que falasse por cinco minutos, e já falaram que nós estamos sendo duros na Casa. Então, os Deputados têm que ter a consciência de falar nos seus cinco minutos e, assim, seguir o Regimento Interno.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fui citado nominalmente e quero dizer ao Deputado Roosevelt Vilela, por quem eu tenho um grande apreço, que a conta, mais uma vez, não pode ser debitada ao trabalhador. Agora o comércio, que não está recebendo tudo aquilo que deve receber para o seu crescimento, para que possa desenvolver suas atividades, é que é o culpado? O culpado não é o trabalhador e não é o setor produtivo, com toda certeza.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero, antes de mais nada, cumprimentar o Deputado Federal Ronaldo Fonseca, eleito pelo Distrito Federal, representando o segmento evangélico do Distrito Federal.

Parabenizo V.Exa. pelo brilhante trabalho feito naquela Casa, principalmente na comissão especial que definiu o Estatuto da Família, do qual V.Exa. foi relator. Parabenizo V.Exa. pelo brilhante trabalho para defender as famílias do Brasil. Que todos saibam que a família tem voz naquela Casa, e nesta Casa também. Aqui somos eu, o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Julio Cesar, a Deputada Sandra Faraj e outros membros da Frente Parlamentar Evangélica. Como Presidente da Frente Parlamentar Evangélica, parabenizo a ação de V.Exa. no Congresso Nacional em defesa da família.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Quero parabenizar a Deputada Luzia de Paula pelo seu aniversário. À Presidente Deputada Celina Leão, quero também deixar os meus registros.

Ocupo esta tribuna hoje, Sr. Presidente, para falar da mudança do Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal. Primeiramente, quero parabenizar o Governador pela mudança do Secretário, por escolher uma pessoa jovem, com 38 anos de idade, competente, conforme expressa seu currículo, e, acima de tudo, formado na nossa escola pública de saúde do Distrito Federal. É formado como médico da família, ou seja, pelo seu currículo, além de ter experiência em gestão, porque foi Diretor de Contratos do Senado Federal, tem também a experiência da atividade fim. Então, o Governador acerta em trazer para a gestão da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal alguém com o currículo do Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca. Parabenizo o Governador por isso.

Foi citado na imprensa, logo após a sua nomeação, um suposto envolvimento dele no escândalo chamado SwissLeaks, de supostas contas de brasileiros na Suíça, com uma lista do HSBC.

Aqui eu gostaria de ler uma carta que foi encaminhada por ele, Deputado Julio Cesar, a esta Casa, já demonstrando o respeito que ele tem por esta Casa. Esta carta foi trazida pelo Secretário Adjunto de Relações Institucionais e Sociais, Igor Tokarski. Eu gostaria de fazer a leitura para deixar registrado nos Anais desta Casa.

Diz o seguinte: No ano de 2015, foi publicado em um veículo de imprensa que um grupo de jornalistas teve acesso a uma suposta lista de nomes de brasileiros que detiveram contas no Banco HSBC da Suíça até o ano de 2006. Nessa relação apareceu o nome de Humberto Lucena Pereira da Fonseca, junto com o de seus irmãos e de seus pais. Depois de pesquisar o nome de Humberto, a jornalista responsável pela matéria facilmente verificou que se tratava do Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Senado desde junho de 2014. E mais nada. Nenhuma acusação de irregularidade, nenhuma denúncia, nenhum processo administrativo ou judicial, nada que desabonasse sua conduta ou sua reputação.

É muito importante o papel da imprensa ao investigar e divulgar os potenciais ilícitos – ou muitas vezes não só os potenciais ilícitos, mas as suposições de ilícitudes também materializadas na remessa ilegal de recursos financeiros ao exterior. No entanto, o texto publicado foi além da informação, apresentando dados incorretos ou imprecisos e fazendo associações despropositadas.

Humberto não tem e nunca teve conta no HSBC da Suíça, embora membros de sua família sejam sócios de empresa com esse tipo de investimento, o que é lícito, uma vez que devidamente declarado por eles às autoridades competentes. Humberto optou por seguir o próprio caminho no serviço público, desde o início de sua vida profissional. Não participa da administração de decisões de negócios de sua família, que se limitam ao Estado de Minas Gerais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Seu nome consta na mencionada lista e esclarece que possivelmente foi porque o banco cadastrou o seu nome como filho dos titulares, para fins de sucessão hereditária das ações da referida sociedade. Não conhece e nunca teve contato com qualquer pessoa do HSBC do Brasil, da Suíça ou de qualquer outro local. Não remeteu, não retirou, não movimentou nem de outra forma usufruiu de qualquer valor que porventura tenha passado por essa conta.

Tanto Humberto Fonseca quanto sua família prestaram as devidas informações à CPI aberta no Senado para investigar os casos, que não recomendou qualquer tipo de procedimento adicional.

Assina o então atual Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, doutor Humberto Lucena.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Julio Cesar, quero cumprimentar o Deputado Rodrigo Delmasso. Além de ele fazer essa exposição da carta encaminhada a todos nós, que por si só marca uma diferença, eu quero registrar e adicionar às suas palavras que estamos vivendo um clima em que todos são desonestos até que provem que são honestos.

Isso é extremamente triste porque parece apologia a tudo isso que está sendo feito. Pelo visto, vale a pena ser desonesto para poder aparecer nas páginas. As boas coisas não têm espaço na mídia. O crime, o sangue, o desmando, o ilícito tomaram conta, quer dizer, as páginas do sangue, da desonestidade, acabam tomando conta da leitura permanente daqueles que usufruem do acompanhamento do nosso noticiário. Que tal nós termos um espaço para as boas notícias? Que tal registrar e reconhecer que há pessoas que se sacrificam e se dedicam à causa pública? E isso é motivo de honradez, não pode ser sacrificado injustamente.

Portanto, deve merecer isso como uma reflexão para a mídia para que ela atente a não cometer, a não danificar a imagem das pessoas. Mal assume e já com tentativas de incriminar uma pessoa indevidamente. Isso deve servir de alerta! Muito obrigado.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Isso é verdade.

E, para concluir, Sr. Presidente, quero aqui fazer um apelo ao Secretário Igor Tokarski, que o novo Secretário de Saúde possa de fato implementar o programa de atenção às pessoas com epilepsia. Que a gente consiga tirar isso do papel. Brasília pode ser uma referência nesse atendimento. Não só na distribuição de medicamentos, mas se tornar um centro de referência, como é o Rio de Janeiro, como é São Paulo, como é Goiânia. Nós acreditamos que Brasília, por ser a Capital da República, tem aqui profissionais competentes e estrutura para que isso se torne realidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Para finalizar, quero também parabenizar o Governador por ter enviado dois importantes projetos: o projeto que autoriza o pagamento do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos professores temporários, lido ontem pela Mensagem nº 19; e o projeto que prorroga o prazo para mudança de cores dos táxis aqui no Distrito Federal. O prazo se encerra dia 17, e o governo, numa reunião com os taxistas, fez o compromisso que encaminharia esse projeto. O projeto chegou, foi lido ontem aqui na Casa. Quero pedir também aos nobres colegas celeridade para aprovar esse projeto nas comissões, porque dia 17 de março encerra-se o prazo e aí a fiscalização vai ter que atuar retirando os carros que não são brancos, que são da cor cinza. O projeto que o governo encaminhou foi justamente para que se prorrogue por mais quatro anos, devido à crise econômica e devido a toda a crise que os taxistas estão sofrendo no Distrito Federal. É um gesto que o governo dá na defesa dos taxistas.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Como Líder do Bloco Força do Trabalho. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã, nós tivemos a audiência pública com o Secretário de Fazenda, doutor Fleury, e a Secretária de Planejamento, a doutora Leany. Eles apresentaram dados e informações sobre a gestão fiscal do Distrito Federal do terceiro quadrimestre de 2015.

Estiveram presentes o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Rafael Prudente. Muitos dos colegas perderam a oportunidade de fazer os questionamentos sobre a economia do Distrito Federal.

Estou nesta missão e aproveitei a reunião de hoje pela manhã para provar que o GDF é um elefante amarrado num pé de alface. Nossa questão principal é de gestão, e provei aos Secretários hoje aqui presentes que estamos amarrados porque não estamos tendo criatividade para resolver as questões de Brasília.

Ora, o ITBI, Sr. Presidente e Líder do Governo, Deputado Julio Cesar, nós arrecadamos 308 milhões em 2015, menos do que em 2014. Cidades com a quantidade de casas, de apartamentos similares a Brasília arrecadam aproximadamente 4 bilhões de reais. Não arrecadamos nem 10% disso, Deputado Prof. Reginaldo Veras, porque não temos uma política fundiária. Não é questão de aumentar IPTU de quem está regularizado. Hoje, 80% da nossa cidade não tem escritura pública e, não tendo escritura pública, na hora de vender se vende por



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

contrato de gaveta; ou contrato de cessão de direitos em que o comprador e o vendedor reconhecem a firma em cartório e passam aquele bem sem o governo arrecadar um centavo sequer.

A arrecadação de ICMS, se comparada com outras cidades do porte de Brasília, é em torno de 60%. O que significa dizer que pelo menos alguns bilhões de reais estão sendo sonegados. Não é questão de ir lá e aumentar a tributação daqueles que já são conhecidos e que são fixos. É muito fácil fazer a fiscalização de quem está regularizado, de quem está legal. O nosso problema não é esse! Não é aumentar a tributação de quem está estabelecido.

Nós sabemos, e isso é um exemplo, que, quem vende material para incêndio – temos aqui o Deputado Roosevelt Vilela –, praticamente todas as empresas de Brasília que geravam emprego, muitas com quarenta, cinquenta empregados, estão fechando, porque o sujeito está comprando as mangueiras, os equipamentos de incêndio da China, sem qualidade nenhuma. E não há fiscalização sobre isso. Mas sobre aqueles que estão instalados, que estão com seus empregados com carteira de trabalho assinada, que cumprem todas as obrigações com o governo, esses são fáceis de serem fiscalizados, perseguidos e multados.

Ora, não faz sentido, Brasília hoje, que tem a maior renda *per capita* do País, com 2 milhões e 600 mil habitantes, ter índice de receita tributária totalmente incompatível com cidades de seu porte. Sabemos que muitos caminhões que vêm do Pará carregados de carne, dizendo que vão para Barreiras, despejam toda essa carne dentro do Distrito Federal sem pagar um centavo de imposto. No entanto, os produtores rurais empregam e dão sustento a milhares de famílias no Distrito Federal.

Fiz críticas duras, Deputada Luzia de Paula, quando da extinção do programa do leite. Nós, que temos convivência com a área rural, sabemos o quanto é difícil criar e manter vacas para tirar o leite, ter o sustento e empregar as pessoas. No entanto, fizemos a opção de dar um cartão para as pessoas. O pai de família pode trocar por cachaça no boteco, por outras coisas na mercearia, e comprar o leite ensacado que vem de longe, pode vir de outro estado, sem ter sido produzido aqui, Deputado Prof. Israel.

Nós estamos tirando o oxigênio, gradativamente, do setor produtivo de Brasília. Todos os estados protegem, fomentam, dão incentivos para que o setor produtivo do seu estado cresça, mas aqui é o contrário. Aqui o estamos matando aos poucos, e quem faz a festa são exatamente as pessoas que vêm principalmente sonegando impostos.

Não temos fiscalização praticamente nenhuma. A justificativa do Secretário de Fazenda, Deputado Julio Cesar, foi que em Brasília as fronteiras, todas elas, estão habitadas. Então, em vez de passar em um posto fiscal, as pessoas passam por dentro de uma dessas cidades com os caminhões, saem mais à frente e não pagam nada. Em Brasília, os valores arrecadados pela receita, dos vários impostos que são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

tradicionais e compõem a receita tributária de um estado, se comparados com outras cidades, estão muito aquém.

Não adianta aumentarmos o IPVA. Hoje, em decorrência do aumento do IPVA... Em outros estados, depois de dez anos o carro não paga mais IPVA. Aqui, não. Em Brasília é após quinze anos. Aqui nós temos três vezes mais o índice de inadimplência de pagamento de IPVA do que nos outros estados. No ano passado, eu fui o relator, nós aumentamos o imposto sobre as bebidas e os cigarros. O que o pessoal está fazendo? Está indo encher de cigarros o porta-malas do carro em Luziânia, em Formosa, em Unai e trazendo para vender no Distrito Federal. Aquele pouco que se vendia aqui, deixou de vender. Aquele pouco que se vendia, mantinha três ou quatro empregados; agora só pode haver dois.

Brasília está com 250 mil desempregados. Se não tomarmos uma iniciativa, se não tivermos criatividade para incentivar as indústrias a virem a Brasília, vamos colocar mais 20 mil a cada mês. Então, de 250 vai para 270, 290, 310, e assim sucessivamente. A opção por uma política estritamente tributária não está dando o resultando esperado. Na maioria dos tributos, Deputado Julio Cesar, nós arrecadamos menos em 2015 do que em 2014.

Eu queria fazer – e fiz hoje – sugestões para o Secretário de Fazenda e para a de Planejamento. Nós precisamos incentivar as indústrias. Em outros estados brasileiros, a indústria que quiser se instalar lá tem toda a infraestrutura e ainda uma carência, Deputado Prof. Israel, de cinco anos para começar a pagar impostos, desde que a geração de empregos diretos seja em torno de quinhentas pessoas para cima. Mas aqui, não. Nós temos o exemplo de um laboratório que queria se instalar, mas as dificuldades são tantas, a burocracia é tão grande que o sujeito se assusta, porque ele não vai ter alvará. Se começar a gerar emprego e renda, a agência de fiscalização vai lá derrubar.

Por que o Governo do Distrito Federal não consegue evoluir no que diz respeito à arrecadação? Porque nós, por um lado, somos extremamente burocratizados, e por outro lado somos totalmente flexíveis no que diz respeito à fiscalização. Então, muitos segmentos do setor produtivo de Brasília – o Deputado Bispo Renato Andrade é um dos Deputados que defendem esse segmento –, ou não morreram, ou já estão com data de validade marcada para acabar, porque não dá para sobreviver do jeito que nós estamos.

Eu não fiz perguntas – o Deputado Wasny de Roure colaborou de maneira brilhante, o Deputado Chico Vigilante também, principalmente sobre os indicadores de pagamento de salários, de Lei de Responsabilidade Fiscal –, mas fiz questão de bater nessa tecla. Nós temos um dos pilares de Brasília, que é o serviço público, mas temos um pilar muito mais largo, muito mais amplo, que comporta uma base populacional muito maior: são as pessoas que realmente vivem da iniciativa privada, e não do serviço público. Então, nós precisamos ter criatividade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

O governo tinha uma estimativa de em 2015 buscar créditos em organismos nacionais e internacionais de 2 bilhões e meio. Ficamos apenas em 500 milhões, apenas 25%. Sugeri também ao Governador, Sr. Presidente, que criasse um grupo, porque não adianta colocar Secretário de Fazenda e de Planejamento para ir atrás de recursos em BNDES e outros organismos nacionais ou internacionais, como Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, se mal tem tempo de correr atrás das atribuições da sua pasta. Tem que criar um grupo de pessoas especializadas em buscar recursos fora.

Não adianta fazermos críticas. Não estou aqui defendendo governos a, b ou c. Fizemos questão – eu e o Deputado Wasny de Roure – de fazer registro de que, se o índice, o limite prudencial caiu de 50 para 46, foi em decorrência de um superávit do Iprev, Deputado Bispo Renato Andrade, gerado no governo do Governador Agnelo Queiroz. O ditado tem que ser dito: “a César o que é de César”. O Governo Agnelo teve muitas dificuldades e muitos erros, mas na formulação da política para o Iprev, ele foi brilhante. É tanto que sobrou um superávit que permitiu dar essa folga ao governo de reduzir o índice do limite prudencial de 50 para 46 e alguma coisa. Portanto, nós precisamos ter criatividade para enfrentar essa crise.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de iniciar, parabenizando e desejando todo o sucesso possível ao novo Secretário de Saúde Humberto Lucena Fonseca. Que Deus o ilumine e ele tenha noção da responsabilidade de cuidar da saúde de toda a nossa população.

Eu gostaria de trazer à Casa uma questão muito importante que está sendo discutida neste momento no Congresso Nacional, que é o Projeto de Lei nº 3.123. Esse projeto de lei versa, inicialmente, sobre o teto salarial, algo de grande relevância para que a gente possa melhorar a distribuição de renda, abrir novos postos de trabalho no serviço público. Porém, de forma sórdida, o Executivo Federal incluiu um artigo que tira benefícios dos policiais militares e bombeiros militares de todo o País; aliás, de todos os servidores públicos do País, pelo menos, daqueles que ainda gozam da licença-prêmio e têm a prerrogativa de reverter essa licença em pecúnia, quando da passagem para a reserva ou aposentadoria.

Em um artigo, ele limita essa reversão a uma única licença, o que é um grande prejuízo, principalmente no caso dos policiais militares, em especial em Brasília, porque o policial militar tem direito, a cada dez anos, a seis meses de licença especial, e ele só pode gozar dessa licença com autorização do seu comandante. Nós sabemos que, ao longo de vários anos, os efetivos tanto da Polícia Militar quanto do Corpo de Bombeiros vêm se reduzindo. Assim, esses militares não podem gozar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

desse benefício, que vai se acumulando. No final da carreira, esse benefício é revertido em pecúnia. Agora a lei vem e tira esse benefício dele!

Isso vai trazer um prejuízo imediato, em especial para o Distrito Federal. Por que digo isso? Na Polícia Militar do Distrito Federal, nós temos 1.500 policiais militares aptos a passar agora, neste momento, para a reserva remunerada. Só com o trâmite desse projeto no Congresso Nacional, nos últimos três dias, 250 policiais militares entraram com requerimento para a passagem para a reserva remunerada, o que vai significar 250 policiais a menos nas ruas e o pagamento, de forma imediata, de 250 licenças especiais, porque a lei não entrou em vigor ainda. Assim, só o terrorismo que o Governo Federal vem trazendo aos nossos servidores acarreta um prejuízo e, conseqüentemente, isso vai afetar diretamente a segurança pública de todos nós moradores do Distrito Federal.

Então, eu queria pedir aos nobres colegas, cada um dentro do seu leque de amizades no Governo Federal – acabei de vir do Congresso, conversei com todos os Deputados com quem eu tive contato sobre a preocupação e o desastre que vai representar a aprovação desse projeto –, a todos os colegas que tiverem algum contato com Deputados Federais, que os convençam a votar contra esse projeto, porque ele vai ser nocivo não só a Brasília, mas a todo o nosso País.

Meu Presidente, muito obrigado pela oportunidade e boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Quero convidar o Deputado Chico Leite, pela Liderança da Rede Sustentabilidade, para fazer uso da palavra nos Comunicados de Líderes por até cinco minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, colegas, eu venho a esta tribuna hoje para agradecer ao povo do Distrito Federal e para fazer um registro importante. Nós estamos sempre reclamando, no dia a dia, das dificuldades dos governos, mas também, muito especialmente, da ausência de participação popular, da falta de contribuição da população na discussão dos grandes temas.

Pois bem, Deputado Chico Vigilante, o Ministério Público Federal, há alguns meses, lançou em todo o País a campanha: “Dez Medidas Contra a Corrupção”. Nós, aqui nesta Casa – o Deputado Rodrigo Delmasso e eu –, fomos às ruas e colhemos o número de assinaturas que podíamos. Fomos à Rodoviária, às faculdades. Ainda nesta semana, Presidente, a coordenação do movimento no Ministério Público Federal, em todo o Brasil, comunicou a conquista de 1.595.000 assinaturas. Está, portanto, o conjunto de projetos de lei de endurecimento da legislação contra a corrupção pronto para entrar no Congresso pela via da iniciativa popular.

Mas o que me faz vir à tribuna agradecer à população do Distrito Federal é que nós aqui, mais uma vez, demos o exemplo de consciência política ao povo brasileiro. Deputado Wasny de Roure, nós, no Distrito Federal, alcançamos 182 mil assinaturas, o que perfaz 13%, ou quase 13%, do total nacional. Isso, mais uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

vez, indica o nosso índice de desenvolvimento humano, a formação, o interesse que demonstra a população do Distrito Federal na nova política.

Pois bem, Presidente, agora, e é também por esse motivo que eu venho a esta tribuna, nós vamos passar a uma segunda etapa igualmente decisiva. Eu, assim como agradeço a todos os colegas e a todas as colegas que participaram da campanha, assim como agradeço ao povo do Distrito Federal esse exemplo que dá ao País, também aproveito – dizem que quem agradece pode pedir de novo – para fazer agora um novo pedido. Nós vamos passar à segunda etapa, à etapa mais decisiva, que é aquela em que nós precisamos aprovar o conjunto de medidas. São vinte projetos de lei no Congresso Nacional. Para isso, de novo, nós vamos precisar da mobilização da sociedade.

Eu fui às redes sociais, tenho ido a faculdades, voltado àqueles mesmos locais, como a Rodoviária, a Torre de TV, para pedir a toda a população que se mobilize para vencermos mais essa etapa. Todas as pessoas precisam ligar para o seu parlamentar, seu deputado ou senador, para os presidentes de partidos – eu quero pedir aos colegas que se empenhem, inclusive, quanto a isso.

Deputado Julio Cesar, PRB; Deputado Bispo Renato Andrade, PR; Deputado Prof. Israel, PV; Deputado Chico Vigilante, PT; todos liguem para os seus Parlamentares, mandem *e-mails*, façam a cobrança de que é, neste momento, que ele precisa fazer reproduzir lá no Congresso a confiança que obteve do seu eleitor nas urnas.

O voto é aberto. Com o protocolo dessas leis de iniciativa popular, Deputado Ricardo Vale, nós esperamos que deputados e senadores aprovem as medidas no Congresso Nacional. Para isso, vamos fazer um grande convite, uma grande mobilização em toda sociedade para que cada cidadão e cidadã ligue para o seu Deputado, mande *e-mail* para o seu Senador, converse com o presidente do seu partido; enfim, influencie de todas as maneiras próprias do Estado de Direito para que nós consigamos aprovar esse pacote de medidas de ética pública no Congresso Nacional.

Nós vamos ter lá, entre as medidas, inúmeras medidas que a população esperava e pelas quais todos clamávamos há muito tempo, como elevar a pena para o crime de corrupção, tornar a corrupção crime hediondo, tornar lei essa decisão, essa interpretação recente do Supremo acerca da possibilidade de prisão nas condenações já no segundo grau, porque alguns réus, fundamentalmente aqueles que têm dinheiro para pagar bons escritórios de advocacia, acabam protelando o início da execução da pena por anos. Nós temos aí processos com mais de vinte anos, Presidente, o que gera, na sociedade, uma sensação de impunidade. Essa é que é a realidade, e nós precisamos também dizer às futuras gerações que o crime não compensa, muito menos aquele em que se subtrai dinheiro da saúde, da educação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Eu acho interessante que a gente está sempre aqui fazendo o debate da saúde, da educação. E se a gente fizesse o cálculo do que escorreu pelo ralo da corrupção, de recursos que deveriam ser destinados a essas áreas? É interessante, Deputado Prof. Israel, que há quem queira a redução da maioria penal, o bandido pobre na cadeia, mas convida o bandido rico para paraninfo de formatura, porque ele paga a festa. Tem honra e declara nas redes sociais de receber em sua casa um sujeito condenado por corrupção.

Nós precisamos dizer aos nossos filhos, aos nossos netos que não vale a pena. E precisamos dar a pena proporcional ao dano causado pelo crime à sociedade. Esses que roubaram milhões da saúde, da educação, com certeza, são homicidas de uma geração, são fraticidas, são terroristas: mataram uma geração inteira.

De maneira que, Sr. Presidente, eu quero fazer esse registro. Nós aqui sempre fazemos o debate e reclamamos da falta de participação. É preciso agradecer e fazer esse registro, Deputado Rodrigo Delmasso, da participação ativa da população do Distrito Federal.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO LEITE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Leite, primeiro, quero parabenizar V.Exa. pela ação que foi feita por V.Exa. e por mim, que ajudamos um pouco no colhimento das assinaturas aqui do Distrito Federal.

Deixa-nos muito feliz que Brasília, o DF tenha sido a unidade da federação que proporcionalmente mais arrecadou assinaturas, demonstrando, na realidade, o sentimento do cidadão de Brasília, que não coaduna com a corrupção, que não coaduna com a sujeira que está acontecendo em nosso país e, acima de tudo, que acredita no processo e quer um processo político de maneira limpa, de maneira correta.

Como V.Exa. bem disse, Deputado Chico Leite, o crime de corrupção precisa, sim, ser tratado como crime hediondo, porque quem comete corrupção mata gerações.

Quero parabenizar o Ministério Público do Distrito Federal na pessoa do seu Procurador, Dr. Leonardo Bessa. Quero parabenizar também o Ministério Público Federal, que fez essa campanha em todo o País, colhendo as assinaturas para que esses projetos de lei pudessem ser encaminhados ao Congresso Nacional.

Digo mais: sou Secretário-Geral do meu partido, que é o Partido Trabalhista Nacional. Hoje, no Congresso Nacional, temos oito Deputados. Existe uma orientação partidária para se votar a favor dessas dez medidas que vão chegar ao Congresso Nacional. Há uma orientação partidária aos Parlamentares do partido para que votem a favor dessas medidas e, ainda mais, para que peçam regime de urgência para que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

isso seja aprovado ainda este ano e possamos dar uma resposta à população do nosso País.

Parabéns, Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Muito obrigado, Deputado Rodrigo Delmasso.

Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a paciência comigo. Para concluir esse debate, vou fazer um convite a todos os líderes partidários, a todos os colegas, todos os 24, para que assinemos uma moção a favor das medidas e dirigida ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, para que deem urgência à votação dessas medidas.

Deputado Wasny de Roure, o discurso pode até provocar esperança, mas não muda a realidade, não transforma para melhor. O que muda é a atitude, é o exemplo. Então, eu queria convidar o Deputado Wasny de Roure como Líder do PT, o Deputado Rodrigo Delmasso, o Deputado Prof. Israel, a Deputada Luzia de Paula. Enfim, eu queria convidar todos os colegas, os 24, para assinarmos uma moção dirigida ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara para que deem urgência à votação desses 20 projetos de lei de iniciativa popular.

Sr. Presidente, fica aqui o meu convite, o meu pedido e o meu agradecimento a todos os que participaram dessa campanha.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Muito obrigado, Deputado Chico Leite. Pode contar com a minha assinatura.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Entendi que a fala do Deputado Chico Leite foi extremamente relevante para esta instituição e para o momento que nós estamos vivenciando no País.

Eu gostaria de fazer um pedido ao Deputado Chico Leite: que nós tivéssemos conhecimento – confesso o meu desconhecimento – dos números dos projetos de lei que fazem parte desse elenco de proposições a serem apreciados pelo Congresso Nacional que foram de iniciativa popular, para que possamos fazer uma leitura mais coletiva sobre ele. Eu creio que isso seria extremamente importante. O Deputado Chico Leite, por ser oriundo do Ministério Público e ter trabalhado nisso, poderia nos ajudar a compreender melhor essas proposições. Portanto, em função do seu pronunciamento e da sua sugestão, eu gostaria que o Deputado Chico Leite nos auxiliasse, porque quero continuar aprendendo com S.Exa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Acho que o Deputado Chico Leite deve providenciar isso para nós, encaminhando, se possível, a todos os gabinetes desta Casa.

Muito obrigado pelo debate, Deputado Chico Leite.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, assessores e imprensa.

Quero começar dando as boas-vindas ao Secretário Humberto Lucena. Quero desejar a ele uma excelente gestão e dizer que Brasília precisa que a gestão dele dê certo. Nós todos estamos torcendo. Nós sabemos que, neste momento em que ele se torna uma pessoa pública e se torna Secretário, informações são levantadas. Vejo que, nesse primeiro momento, com o caso conhecido do SwissLeaks, ele sai de cabeça erguida. Quero que ele conte com esta Casa, pelo bem da nossa cidade, de Brasília.

Venho hoje, pelo sexto ano, trazer de novo a esta Casa um olhar sobre o primeiro dia de aula. Há seis anos – este é o sexto ano – que eu lembro que o primeiro dia de aula em qualquer país civilizado, em qualquer cidade que se queira moderna, contemporânea tem que ser considerado o dia mais importante do ano. E esse dia aconteceu nesta segunda-feira. Nós tivemos o primeiro dia, o dia da volta às aulas nas nossas escolas. Esse dia nos traz reflexões, e nós precisamos pensar sobre isso.

Eu quero começar dizendo que, pela primeira vez, depois de muitos apelos, houve a preocupação da Secretaria de Educação de colocar as escolas num estado aceitável. As escolas tiveram a limpeza feita, o mato foi podado, as árvores foram podadas, pequenos reparos foram feitos. Isso merece o nosso elogio, porque o primeiro dia de aula tem que mostrar às crianças que a escola é um lugar convidativo, é um lugar em que elas vão se sentir bem. Eu repito algo que eu tenho falado nesses seis anos e é por isso que eu estou elogiando a ação da Secretaria de Educação nessa volta às aulas. Há seis anos, eu digo que nós não podemos dizer às crianças que a escola é importante, nós precisamos mostrar que a escola importante. Quando a escola tem a estrutura física pronta para receber as crianças na volta às aulas, estamos mostrando e não apenas dizendo que a escola é importante. Então, fica este registro. Depois de tanto falarmos, percebemos que isso foi feito.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Israel, eu prestei atenção às palavras de V.Exa. Eu quero me permitir a liberdade, pelo apreço que tenho por V.Exa., de concordar e de discordar. Não sei se isso é possível.

Quero citar aqui um exemplo positivo. Fui abordado, por meio de um *e-mail*, por uma pessoa moradora do Riacho Fundo II, reclamando da falta de assistência, de atendimento à criança pertencente à família, que precisava estudar mais próximo de casa. Todos sabemos que o Riacho Fundo II teve um crescimento abrupto, instantâneo, sem ter novas escolas. Eu, imediatamente, entrei em contato com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

diretora da regional de ensino. Ela, por um acaso, estava aqui, foi ao meu gabinete e me deu explicações, com as quais fiquei absolutamente feliz. Ela disse que provisionou espaço para todas as demandas, naquela regional. Entretanto, recebi reclamações semelhantes no Paranoá Park, onde – e aí não estou culpando a regional de ensino, porque não sei se realmente há espaço lá ou não – temos um problema enorme de déficit de atendimento a alunos. Estive lá em várias reuniões da comunidade, inclusive na Rádio Comunitário do Paranoá, e fiquei extremamente preocupado. Pedi uma audiência com o diretor da Regional de Ensino no Paranoá, porque é preocupante aquela regional passar pelo mesmo fenômeno do crescimento rápido da população, principalmente no Paranoá Park, além daquelas ocupações recentes nas áreas do Itapoã, Del Lago, etc. Deve nos preocupar não apenas o saldo geral, mas essa coisa que está acontecendo em cada uma das regionais.

Muito obrigado e parabênz V.Exa., Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o acréscimo de dois minutos ao meu tempo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Claro, Deputado Prof. Israel. Vou lhe conceder quatro minutos.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. está certo. Além do problema de crescimento demográfico de algumas cidades, temos ainda uma crise econômica que jogou mais de 40 mil estudantes da rede privada nas escolas públicas. Houve um acréscimo muito grande de estudantes na rede pública e isso tem de ser tratado.

Também quero falar hoje sobre um fato importante que aconteceu em 2015, que terminou agora. Apesar de todas as dificuldades, ainda existe gente que acredita nas escolas públicas. Ainda existem professores absolutamente dedicados, a maioria deles, diretores de escolas exemplares – é só pegar a Profa. Silvane Friebel, da Estrutural; o Prof. Jordenes Ferreira da Silva, do Arapoanga; e o Prof. Júlio Ferreira Campos, do Gama –, que enfrentam o tráfico de drogas, que enfrentam a pobreza, que enfrentam a criminalidade em suas regiões e transformam as suas escolas em verdadeiras ilhas de excelência, em locais de referência para a comunidade. As meninas da Estrutural têm a Profa. Silvane Friebel como referência. Aquela escola é um local onde as crianças sabem que vão ter um pouco de sossego da vida difícil que levam no dia a dia naquela cidade. E é graças ao esforço desses professores e diretores que acreditam na educação que, no ano que terminou, 41% das vagas do Programa de Avaliação Seriada da UnB foram ocupadas por estudantes da rede pública. Felizmente, há gente que acredita nessa educação pública e sabe que é preciso investir, porque a educação é a solução para os problemas do nosso País.

Apesar de trazer esses elogios, é claro que não podemos nos esquecer do que precisa ser feito. Precisamos voltar a pagar a inscrição do PAS dos alunos do ensino médio da rede pública, porque eu e o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que temos ido às escolas e conhecemos essa realidade, sabemos que os professores de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

ensino médio vivem o ano inteiro em campanha, para que os estudantes façam o PAS e o Enem.

Quando o governo decide não pagar essas inscrições, ele dá um golpe muito grande na política desenvolvida pelos professores da Secretaria de Educação. Quando você coloca um menino de 15 anos de idade com foco no Enem e no PAS, você coloca rumo na vida desse aluno. O professor, sozinho, não dá conta. Esses meninos e meninas precisam de objetivos, precisam de rumo, e essas provas são um rumo para esses meninos.

Quero fazer este apelo neste início de ano: que a gente consiga uma solução para que essas inscrições voltem a ser custeadas pelo governo, porque isso é muito importante.

Deputado Julio Cesar, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu que agradeço a V.Exa., Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Já consultei aqui e, regimentalmente, o meu pedido para fazer uso da palavra é possível, porque vou fazer aqui um complemento ao comunicado do Deputado Prof. Israel, já abrindo mão, inclusive, da minha fala em plenário.

Fiz uma entrevista há três dias – dei uma de jornalista – com professor Júlio Gregório. Uma das questões levantadas foi justamente a isenção da inscrição no PAS para os alunos da rede pública. Segundo o professor Júlio Gregório, se fizermos uma triagem e selecionarmos somente aqueles alunos que realmente necessitam, com dois milhões e meio, o Governo do Distrito Federal poderá voltar a fazer um convênio com o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, denominado Cespe, para que as isenções sejam garantidas.

Eu vou encampar uma campanha com os Deputados da Casa, para que sejam feitos possíveis remanejamentos em suas emendas parlamentares, a fim de que, em conjunto, como fizemos com a saúde no ano passado, possamos destinar esses dois milhões e meio para a educação, a fim de bancar essas isenções. É uma questão de democratização de acesso ao PAS e, por consequência, uma democratização do acesso à universidade. Claro que precisamos da garantia do Poder Executivo de que ele irá executar a emenda. Estou me queixando porque as minhas emendas, no ano passado, praticamente não foram executadas. Se for para fazermos dotação orçamentária e depois não haver execução, prefiro abrir mão de 100% de tudo o que está aí.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Espero contar com o apoio dos Parlamentares para que a gente possa fazer esse aporte orçamentário e bancar a isenção do Programa de Avaliação Seriada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Quero aproveitar que estou aqui na Presidência hoje para, primeiramente, parabenizar a nossa Deputada Luzia de Paula. Já fiz isso logo pela manhã. Fiz questão de, além de enviar-lhe felicitações no grupo, estar com ela pessoalmente e desejar-lhe todas as bênçãos de Deus, porque realmente a nossa luta não é fácil. Parabéns pelo seu aniversário, bem como à nossa Presidente, Deputada Celina Leão, que também está aniversariando hoje.

Quero aproveitar também e parabenizar o Governador Rodrigo Rollemberg pela escolha do novo Secretário de Saúde, Humberto Lucena Pereira da Fonseca, e pela atitude que tomou nesta manhã. O Governador fez questão de ligar para os Deputados Líderes de bloco – Deputado Wasny de Roure, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputado Prof. Israel, Deputado Agaciel Maia, eu e outros –, a fim de comunicar a mudança do Secretário e dar algumas explicações a respeito do que alguns meios de comunicação haviam publicado. Esta tem que ser a atitude de um governador: explicar, dar realmente a versão contrária, muitas vezes colocada de forma equivocada.

Ficou bem explicado que a conta que foi falada no ano passado, pelo *O Globo*, na verdade era referente ao pai e não ao filho, por se tratar de herdeiro.

Quero dizer que Humberto Lucena Pereira da Fonseca é natural de Minas Gerais, vive em Brasília há quase dezesseis anos, é especialista em Medicina de Família e Comunidade, Medicina Paliativa e Clínica Médica e é advogado mestre em Direito, pela UFMG e pela New York University. É médico paliativista no Hospital de Apoio e no Hospital de Base do Distrito Federal e ocupa hoje o cargo efetivo de consultor legislativo. Foi Diretor do Sistema Integrado de Saúde, Diretor-Geral Adjunto de Contratações do Senado Federal. É importante ressaltar ainda, como bem dito pelo Deputado Wasny de Roure, que ele é formado pela Escola Superior de Ciências da Saúde, uma escola pública aqui do Distrito Federal.

Também quero desejar boa sorte ao novo Secretário, que é jovem, mas, como aqui neste Parlamento os Deputados jovens estão surgindo a cada dia com um gás novo, acreditamos que o Secretário há de fazer um belíssimo trabalho na saúde. Porque, muito bem dito por alguns Deputados desta Casa, realmente Brasília está precisando de uma mudança radical na saúde. E desejamos toda sorte do mundo ao Sr. Humberto Lucena Pereira da Fonseca.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (REDE. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores desta Casa. Em primeiro lugar, eu quero aqui expressar a minha gratidão pelo carinho a mim expressado, não só hoje, no dia em que eu tenho a oportunidade de completar nesta vida 61 anos. Sessenta e um anos não são sessenta e um dias. São alguns dias de experiência, de vivência, de sofrimento e de luta, que carrego com muito orgulho.

Quero aqui também parabenizar o Governador pela indicação do Secretário de Saúde. E quero me solidarizar com o Secretário porque passei pela experiência que ele, antes de começar o seu trabalho, sofreu: a desconstrução da sua imagem por algo que não é tão verdadeiro como foi o meu caso. Mas não quero aqui ficar chovendo no molhado e revivendo experiências desagradáveis que, muitas vezes, até mesmo para fazer pauta ou para mostrar alguma coisa – e a gente não sabe o que está por trás disso –, temos a oportunidade de ver.

Sr. Presidente, hoje neste plenário eu fiquei muito honrada porque vi vários discursos. Discursos positivos, discursos construtivos, discursos que realmente fazem com que nós possamos enxergar que este País tem jeito, é bom. E nós temos muitas pessoas comprometidas com a verdade, com a democracia, e com o desenvolvimento.

Quero também, ainda, parabenizar o Deputado Prof. Israel, quando S.Exa. fala da volta às aulas, quando fala da felicidade de nós termos um reinício de ano com muitos pontos positivos que parecem simples, mas que são de suma importância para que possamos ter uma escola feliz.

Embora falando de tudo isso, eu vim a esta tribuna também para parabenizar a nossa Presidente pelo seu aniversário. Eu tenho a honra de ela ter nascido no mesmo dia em que eu nasci, dia 2 de março.

Quero ainda, falando de escola, de criança, de educação, falar de uma preocupação que eu estou vivendo, ou melhor, que todos nós estamos vivendo neste momento. Nós, a sociedade, o Brasil, alcançamos um passo muito longo quando conseguimos colocar na escola todas as crianças de 4 anos pelo PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação. Isso foi um grande avanço, um grande ganho, mas nós estamos vivendo um problema seríssimo que precisa ser enfrentado. Eu já conversei com o Governador, já levei a minha preocupação: todos os estudantes têm



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

direito ao passe livre estudantil. As crianças de 0 a 4 anos, a criança de creche, o aluno da educação infantil não têm. E nós temos de perceber algo: na maioria das vezes, essas crianças são oriundas de famílias necessitadas. De uma camada social que sofre com a desigualdade socioeconômica.

Em meu gabinete eu tenho recebido alertas – e recebido até dos conselhos tutelares do Distrito Federal –, a notificação, a informação da dificuldade de essas famílias conduzirem os seus filhos à escola, porque, na maioria das vezes, essas crianças estão matriculadas em lugares distantes de suas residências e não têm como ir à escola.

Recebi – e quero aqui dar um testemunho – algumas cartinhas, vou citar dez delas, onde as famílias colocavam que já estavam deixando de levar o seu filho à escola, de levar o seu filho à creche porque estavam gastando mais de 30% do seu mísero salário. Então é preciso que nós, neste momento, venhamos a ter noção desse fato.

Quero aqui clamar a todos os meus colegas Deputados que nós possamos fazer uma frente e clamar ao Governador que mande muito rápido o projeto para suprir essa deficiência. Em 2011, entrei com um projeto de lei, sabendo que esse projeto não caminharia, para provocar, mas já está nesta Casa, já passou por algumas comissões. Quero clamar aos nobres Deputados – se não vier essa matéria o mais urgente possível – que me ajudem a fazer com que esse direito, que é um direito de viver, um direito de se manter, o direito de fazer aquisição de conhecimento, seja dado a quem mais precisa: as nossas crianças da educação infantil.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputada Luzia de Paula.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se houver *quorum*, eu acho que não haverá, gostaria que nós pudéssemos votar os requerimentos e moções em bloco. Se houver *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Ok. Daqui a pouco a gente faz a verificação. Neste momento não há *quorum* para votação, estão presentes 9 Deputados, faltam mais 4.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou fazer uso da palavra, primeiro porque nós precisamos aguardar os colegas para que a gente possa ter *quorum*. É claro que eu não darei aqui uma de Fidel Castro. Fidel Castro que pega o microfone e só larga no dia seguinte.

Eu vou apenas cumprimentar a Deputada Luzia de Paula pelo seu aniversário e pedir que Deus continue lhe dando muita fé, muita saúde e sabedoria; e também à Deputada Celina Leão. Veja que a Deputada Celina Leão escolheu exatamente o dia de V.Exa. Então receba aqui os nossos parabéns.

Quero dizer da nossa preocupação com relação a mais essa mudança que o governo acaba de implementar. Saiu o antigo Secretário de Saúde, que, salvo engano, durou sete meses no cargo, e entra outro também importado do Senado Federal. Ou o Senado realmente tem os melhores quadros da República ou a nossa cidade não tem ninguém que entenda de gestão hospitalar, de gestão de saúde. Salvo engano, nós temos só dentro do próprio partido do Governador diversas pessoas que o ajudaram inclusive na construção do projeto de governo para a área de saúde, e essas pessoas, parece-me, não foram ouvidas, não foram consultadas.

Estou dizendo isso, mas não significa também que nós entendamos que o Secretário de Saúde estivesse fazendo um bom ou mau trabalho, aliás, acho que sete meses não dá nem para avaliar. O que nós podemos avaliar são aquelas coisas que são concretas, que estão aí à vista de todos.

A gente vê que os hospitais não atendem, que as Unidades de Pronto Atendimento – UPAs não funcionam. Eu tive uma triste experiência quando fui ao Hospital de Sobradinho e uma médica – muita aguerrida, inclusive – veio me mostrar um aparelho de hemodiálise que estava sem funcionar porque faltava apenas renovarem o contrato de manutenção. Parece-me que ocorreram dois óbitos em função disso. Quer dizer, é muito triste que essas coisas estejam acontecendo, porque, quando se trata de uma pessoa que morre, não há mais o que fazer, não há estatística a apresentar, nada vai resolver, porque aquilo é um fato definitivo.

Infelizmente – talvez a minha percepção esteja errada –, eu não estou conseguindo ver nem sensibilidade do governo por isso.

Na semana passada nós tivemos a morte de uma camelô, uma senhora de 65 anos, na rodoviária. Segundo as informações que nós recebemos, ela foi abordada de uma forma não gentil, uma forma brusca, truculenta. Isso, evidentemente, gerou um mal-estar, e ela terminou tendo um AVC, vindo a falecer dois dias depois. Eu vi até uma entrevista do Governador em que ele disse: “Não,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

mas ela já tinha, ao que parece, um problema de saúde”. Realmente tinha. O que não significa dizer que a ação de um dos órgãos do governo não tenha sido decisiva para apressar essa situação.

Eu acho que é nos pequenos gestos, Deputado Chico Vigilante, é nos atos que a gente vê quais são as prioridades. Ontem aqui na tribuna eu disse que fiz questão de olhar as razões que motivaram o governo a vetar aquele projeto do Deputado Rodrigo Delmasso. Inclusive abro um parêntese para dizer que o governador da minha terra, o Piauí, que é do partido de V.Exa. – o Governador Wellington –, fez questão de ligar para o Deputado Rodrigo Delmasso e convidá-lo, inclusive, para ir a Teresina para falar um pouco sobre esse projeto.

Nós temos aqui um Deputado que teve a sensibilidade de apresentar um projeto, que aprovou o projeto; mas o governo o vetou. É da base governista, ou base aliada, mas o governo veta e, pouco depois – o Deputado Ricardo Vale disse muito bem que ficou sem entender –, na hora em que se vai se derrubar o veto, o Governador chama as pessoas para irem lá, e já vai apoiar. Então, fica realmente difícil de entender.

Nesse momento, a gente verifica que os atos são conduzidos com um foco. O nosso foco aqui, até mesmo como representantes da população, Deputado Julio Cesar, que hoje preside a nossa sessão, é o direito à vida. Mas não foi esse o foco – está escrito nas razões do veto, não sou eu que estou dizendo – que o governo adotou, foi o foco econômico. É muito triste a gente colocar essa escolha. Nós vamos valorizar a questão econômica ou nós vamos valorizar a vida? Acho que o que temos que valorizar é a vida.

Infelizmente, a gente tem tido essas demonstrações, a gente tem visto mais uma mudança substancial na área de saúde. Eu suponho que a Secretaria de Saúde não tenha sido ouvida quando o Governador colocou esse veto, porque, certamente, se tivesse sido ouvida, teria se manifestado no sentido de o projeto não ser vetado.

Aliás, esse projeto, sem ter sido apresentado no Piauí, Deputado Rodrigo Delmasso, já foi aprovado pelo Governador. Lá V.Exa. já tem a garantia de que ele não será vetado, mas aqui em Brasília foi.

Eu espero que essa conversa que o Governador terá na quinta-feira com as pessoas possa recolocar as coisas no seu devido lugar, e que seja aprovada essa lei tão meritória de V.Exa.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Eu agradeço, Deputado Raimundo Ribeiro.

Quero apenas dizer a V.Exa. que existe uma lei que foi proposta em 2008 – o Deputado Rodrigo Delmasso estava falando –, e esse projeto de lei veio... Desde 2008 estão buscando a melhoria disso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Ontem V.Exa. não pôde estar conosco no almoço da Base. No almoço, o Governador explicou aos Deputados que esse projeto acabou passando, ele conversou com o Deputado Rodrigo Delmasso para explicar as razões. Com certeza, na próxima terça-feira nós iremos derrubar o veto, com o compromisso de que o governo há de acelerar todos os procedimentos para que essa lei entre em vigor o mais rápido possível.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Presidente, só gostaria de dar uma informação. Como nós não temos tanto espaço na imprensa para justificar os nossos atos, mostrar os fundamentos deles, eu quero dizer que realmente fui convidado para participar desse almoço. Mas estava acabando de ler no *Jornal de Brasília* uma declaração do Governador em que dizia que não sabia se eu era da Base. Ora, se ele que é o Governador – a Base é dele – não sabe, sou eu que vou saber?

Então, não ficaria elegante da minha parte ir a esse almoço, ainda mais por ouvir dizer que haveria até a possibilidade de se discutir a questão dos espaços políticos. Eu não iria a esse almoço constranger ninguém!

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado, mas me desculpe contrariá-lo. Se V.Exa. foi convidado, é considerado da Base, a não ser que não queira mais ficar nela.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Presidente, reafirmo que o Deputado Raimundo Ribeiro é da base também.

Deputado Julio Cesar, V.Exa. acabou dando apoio à derrubada do veto ao projeto de lei sobre o canabidiol, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso. Vai haver uma mobilização dos Deputados para apreciação de vetos na próxima terça-feira. Para darmos fluidez aos trabalhos da Casa, solicito a V.Exa. que leve à Mesa Diretora a proposta de analisarmos outros vetos também na terça-feira, aproveitando que teremos *quorum*. Como o projeto do Deputado Rodrigo Delmasso tem a simpatia de todos os Deputados – certamente será derrubado o veto –, vamos aproveitar a presença de todos e limpar um pouco a pauta da nossa Casa. Gostaria que V.Exa. levasse essa solicitação à Mesa Diretora.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Só para esclarecer, na verdade há acordo com os Líderes para que todos levem um veto de cada Deputado para deliberarmos sobre eles na próxima terça-feira. O Líder de V.Exa., Deputado Prof. Israel, provavelmente se reunirá com todos os Deputados para lhes pedir que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

escolham um veto. Essa escolha deve ser enviada à Presidência com antecedência para que possamos avaliá-la. Isso já está em pauta para a próxima terça-feira.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estava ouvindo há pouco o Deputado Prof. Israel falando da sua satisfação, da sua alegria com a reabertura das escolas, segundo S.Exa., praticamente sem problemas.

Eu quero dizer que há problemas, e muitos! Nós que somos moradores da Ceilândia – eu, Deputado Prof. Reginaldo e Deputada Luzia de Paula – sabemos que há muito problema!

No Setor P Sul, que é o setor em que moro, há o Centro Educacional nº 10, de ensino médio, que foi fechado sem aviso aos pais. Fecharam sem dar nenhum aviso, nenhuma justificativa aos pais! Chegou aos pais a notícia de que têm que remover os adolescentes para o Setor QNQ. Isso é um problema grave, seriíssimo! O 10 está fechado, e o 6 – só havia duas escolas de ensino médio, agora só há uma – não comporta. A reforma dessa escola estava licitada e o governo não fez. Isso é grave!

Só no Centro Educacional nº 10 são 300 alunos nessa situação gravíssima. Há pouco, uma mãe, Solange, ligou para mim colocando essa realidade, que a filha dela de 16 anos vai ficar sem estudar porque não tem condições de fazer a remoção dela para o 18.

E tem mais. Nós temos cerca de 300 escolas no Distrito Federal. Foi constatado pelo Tribunal de Contas. Dessas 300, 70 foram reformadas; só que, ao longo do período, elas vão se deteriorando e estão caindo aos pedaços também. Reformar escolas não é só cortar o mato. Mato é o mais fácil. Portanto, é grave a situação das escolas no Distrito Federal.

Quanto ao ensino infantil, o Governador Agnelo Queiroz havia licitado 60 centros de ensino infantil. Foram construídos 36. Este governo não construiu mais nenhum e nem licitou nenhum, e os que estavam licitados estão todos parados, porque o governo não tocou as construções. Nós sabemos que o dinheiro existe, até porque é dinheiro do MEC. Falta ir buscar o dinheiro para pagar as construtoras. As construtoras pararam, entregaram as obras, não é? Portanto, é grave, é gravíssima essa situação. Vou fazer um levantamento completo e trazer aqui para mostrar a gravidade dessa situação vivida pelos alunos.

O segundo ponto que quero abordar é a questão da violência. Na ótica do governo, olhando pela retina do governo, não há violência no Distrito Federal. Agora, a gente que mora em cidades satélites... Tenho dito e vou repetir daqui desta tribuna: infelizmente, o crime foi democratizado no Distrito Federal, porque hoje atinge da Ceilândia ao Lago Sul. O índice de violência é brutal! Eu falei aqui outro dia



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

e vou repetir: no P Norte, passaram uns bandidos lá de madrugada e deixaram todo mundo que pegava ônibus no Supermercado Caprichoso pelado, os homens de cueca. Aí, eles acharam que, mudando para o terminal do P Norte, estariam mais seguros. Pois bem, na semana passada, sexta-feira, os bandidos foram às 4h da madrugada assaltar os passageiros no terminal de ônibus do P Norte. Isso não entra nas estatísticas! Não entra!

Portanto, falta motivação, falta efetivamente ter determinação para o combate à violência no Distrito Federal. Está gravíssima a situação vivida por nós moradores desta cidade. É grave a situação da segurança.

No caso da troca de Secretário, não vou tecer maiores comentários porque é papel do Governador nomear e demitir quem ele queira. Agora, parece-me que o problema da saúde no Distrito Federal é bem mais complexo. Não é só troca de pessoas. Eu fui um dos que combati aqui de uma maneira muito dura para que tirassem o João Batista. Tirou-se o João Batista, veio o Fábio Gondim, e a coisa não deu certo.

O temor que eu tenho é que esse novo Secretário, que assumiu no dia de hoje, um médico formado aqui na Escola Superior de Saúde do Distrito Federal, portanto, pessoa que entende, que fez residência no Hospital de Sobradinho e trabalhou no Hospital de Apoio, o meu temor é que esse cidadão também seja tragado por esse dragão chamado saúde no Distrito Federal. Parece-me que é uma boa pessoa. Contudo, não basta ser uma boa pessoa.

A questão de aparecer o nome lá, isso é o de menos. Até porque, segundo eu sei, o pai dele, que é empresário, e na Suíça, quando se abre conta – e tenho a felicidade de não ter conta lá, mal tenho aqui no BRB, só vivo devendo, não é? –, eles exigem, quando se abre conta, que se coloque quem são os herdeiros. E ele entrou como herdeiro, entrou de graça nessa história! Não é um ficha suja.

Agora, ele vai ter muita dificuldade de dominar esse dragão chamado saúde no Distrito Federal. Não tenho dúvida nenhuma, é o ponto mais complexo que nós temos.

E não adianta quererem, Deputado Raimundo Ribeiro, implementar as tais das OSs, porque OS não deu certo em canto nenhum do Brasil. OS é um antro de corrupção e malandragem. E não venham me dizer que OS diminui despesa, porque não diminui. Você vai manter toda a estrutura, vai manter todos os servidores – porque, felizmente, não se pode demitir –, vai contratar as OSs, pagar milhões e vai piorar a saúde. Eu tenho pena de quem assumiu o governo com as OSs.

Lá no Maranhão, tivemos uma experiência. No Estado do Maranhão foram criadas cooperativas de saúde. Foram uns dois anos muito bons, só que elas faliram todas, e a saúde do Maranhão ficou além da UTI. Portanto, é essa a realidade vivida. Por onde passam as OSs, elas deixam um rastro de destruição. Por isso vou combater neste plenário que a gente não aprove esse projeto das OSs. E aí não é nenhuma questão de ser Base ou Oposição. Tenho certeza de que o Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Raimundo Ribeiro vai estar ombreado com a gente nisso. É nociva, OS não dá certo. OS é a pior lástima que existe para o serviço público brasileiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Em relação às OSs, quando o projeto chegar à Casa, entraremos nos debates. Vamos esperar chegar o projeto para aí, sim, começarmos a debater sobre o mesmo.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente Deputado Julio Cesar, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero também parabenizar a Deputada Luzia de Paula, a Deputada Celina Leão, a nossa querida jornalista e fotógrafa Rafaela, que também está fazendo aniversário.

Coincidência. Quantas mulheres fazendo aniversário hoje, não é? Acho que o Rollemberg sabia disso, pois deu um presente muito importante para vocês, para todos nós, para os servidores da saúde, para a população do Distrito Federal, exonerando o Secretário de Saúde, Gondim. Foi um grande presente que o Governador Rollemberg, em homenagem à Deputada Celina Leão, à Rafaela, à Deputada, enfim, deu para todos nós. E a esperança que ele dá para a população do Distrito Federal.

Realmente, a saúde pública do Distrito Federal... E eu falava aqui ontem da situação, infelizmente, de calamidade pública. E eu falava aqui não porque sou Deputado de Oposição. É porque, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e como Parlamentar desta Casa, venho sendo procurado direto por moradores, por trabalhadores da área de saúde, pela população, devido à forma desumana como eles vêm sendo tratados na rede pública de saúde. Falta de tudo. Desde o início do Governo Rollemberg faltam as coisas básicas para o pessoal trabalhar: faltam remédios, faltam equipamentos funcionando, faltam médicos. Tentaram fechar UPAs, depois abriram UPAs, os postos de saúde... Não tinha gestão.

Nós convocamos – depois virou um convite – em setembro o Secretário Gondim. Ele veio aqui, e eu fiquei muito preocupado. Ele veio para substituir o João Batista, porque a situação já vinha ruim do ponto de vista da gestão. Eu fiquei muito preocupado, porque na conversa que nós tivemos aqui, que ele teve com os Deputados, não havia planejamento nenhum, ele não sabia o que fazer, tanto que ficou comprovado que não havia gestão, a saúde pública do Distrito Federal não tinha condução. Quinhentos milhões de reais não foram executados, e está faltando tudo.

Então, foi um grande presente, mas a gente não pode ficar muito feliz porque o fato de tirar o secretário de saúde não quer dizer que nós vamos resolver a saúde de uma vez por todas. Espero, a partir de hoje, com a chegada desse novo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Secretário, que o próprio Governador e o Secretário possam dialogar mais com a população, com os médicos, com os servidores – dialogar com eles e chamá-los a ajudar nesse processo.

O governo, em vez de chamar os servidores, chamar os médicos, chamar esta Casa, chamar a população para ajudar a sair dessa situação, se isola, não é transparente, não debate os problemas. Como se resolve? Sozinho ninguém faz nada. Espero que, a partir de hoje, haja uma nova postura do governo: escute os servidores! Eles estão lá há anos, conhecem a realidade e sabem como fazer isso. O governo não faz isso, e o que é pior: fica com essa possibilidade, esse zum-zum-zum, essa falta de transparência sobre se vai trazer a OS. Vai, não vai, vai, não vai. Ontem falou para os Deputados da Base que vai trabalhar com a OS. Como o servidor trabalha animado, sabendo que o governo vai trazer empresários para a gestão, e não servidores? Os médicos, os servidores e os enfermeiros já trabalham em péssimas condições, e ainda ficam ouvindo do próprio Governador e de vários gestores da Secretaria de Saúde que a solução é OS. Como se resolve a situação da saúde pública num clima como esse?

Tem que distensionar, e digo o seguinte: as coisas só vão melhorar a partir do momento em que o governo envolver os servidores, envolver a sociedade. Há recursos, está provado: 500 milhões não foram executados no ano passado. Espero que neste ano a gente os execute. Mesmo sendo Deputado da Oposição, quero me colocar à disposição do governo, do novo Secretário. Acho que é vontade de todos os Deputados desta Casa que façamos um debate muito franco, muito transparente para resolver essa situação.

Quem é prejudicado nessa disputa comercial que há na saúde, nessa disputa toda, a gente sabe, nesse jogo todo pesado, é a população. É a população mais carente desta cidade, que está sofrendo. Leva meses para conseguir uma consulta!

Hospitais, como o de Planaltina, não têm pediatra. A mãe tem que levar o garoto em Sobradinho, e com sorte consegue uma consulta para daqui três, quatro meses. Então, nós chegamos ao caos. Acho que o Governador tem que ter a humildade de chamar todos os segmentos dessa cidade, para tirar a nossa saúde da situação em que ela está. Repito: não é problema financeiro. O governo não gastou 500 milhões de reais. Poderia ter salvado muitas vidas. Vamos trabalhar com mais seriedade.

Estou à disposição, mesmo sendo Deputado de Oposição, e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar também está à disposição do governo para ajudar a sair dessa situação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
02 03 2016	15h10min	12ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

PRESIDENTE (DEPUTADO JULIO CESAR) – Obrigado, Deputado Ricardo Vale.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 1.459, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 3 de março de 2016, será transformada em comissão geral para debater os direitos dos permissionários de áreas públicas e mobiliários urbanos em locais de parceria público-privada.

Não havendo *quorum* para deliberação, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h15min.)